

Reforma Política não muda sistema

Opinião é dos deputados federais João Paulo Tavares Papa e Marcelo Squassoni, que ontem participaram de debate na UniSantos

FERNANDA HADDAD
DA REDAÇÃO

O projeto de Reforma Política, que tramita atualmente no Senado, não traz grandes mudanças ao modelo democrático exercido hoje no País. Essa é a opinião dos deputados federais João Paulo Tavares Papa (PSDB) e Marcelo Squassoni (PRB), que estiveram ontem em Santos para debater o tema.

“Nós (a Câmara dos Deputados) tivemos a oportunidade nas mãos de fazer grandes mudanças no País, no entanto aprovamos uma não reforma”, disse Papa. O deputado federal tucano justifica a classificação de não reforma à matéria já aprovada na Câmara Federal alegando que a única grande mudança aprovada, na visão dele, foi por fim à reeleição.

O tema foi aprovado na Casa Federal para cargos executivos no Brasil, como presidente, governador e prefeito. Squassoni segue a linha de pensamento de Papa, na opinião de que a Reforma Política deveria ser muito mais ampla.

O texto tramita atualmente nas comissões do Senado, e deve também passar por duas votações, assim como foi na Câmara dos Deputados. Papa e Squassoni acreditam que a Reforma Política já deva entrar em vigor a partir das eleições municipais, que serão realizadas ano que vem.

O EVENTO

Reforma Política e Participação Popular foi o tema da mesa redonda com os deputados federais convidados, promovida no Campus Dom Idílio José Soares (Av. Conselheiro Nébias, 300, Vila Mathias) da Universidade Católica de Santos (UniSantos). A mediação do debate foi feita pelo jornalista Rafael Motta, editor-assistente de *A Tribuna*.

O deputado Beto Mansur (PRB) compareceria ao evento, no entanto cancelou a participação de última hora, justificando que teria que representar a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados em um evento.

A mesa redonda, que foi aberta ao público, integra o Programa de Acompanhamento das Atividades Parlamentares, promovido pela UniSantos e Siste-



A roda de discussões Reforma Política e Participação Popular foi promovida pelo Programa de Acompanhamento das Atividades Parlamentares

Argumentos



“Chegamos ao esgotamento do modelo de democracia exercido hoje no Brasil. Está na cara que o País precisa de uma reforma”

João Paulo Tavares Papa (PSDB), deputado federal



“Essa é uma oportunidade única de ouvirmos o clamor popular. O Brasil tem ido às ruas protestar e isso não é à toa”

Marcelo Squassoni (PRB), deputado federal

Discussão

Além das mudanças propostas e votadas pela Câmara dos Deputados sobre a reforma política, foi discutido ontem o projeto de iniciativa popular da Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas. Os quatro pontos principais debatidos foram a proibição do financiamento de campanha por empresas; as eleições proporcionais, em dois turnos; a paridade de gênero na lista preordenada; e o fortalecimento dos mecanismos da democracia direta, com participação da sociedade em decisões.

ma *A Tribuna* de Comunicação, com apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Santos, Fórum da Cida-

nia, Diocese de Santos e Associação Comercial de Santos.

A discussão girou basicamente sobre quatro eixos, em cima

do tema principal: o financiamento de campanha, eleições proporcionais em dois turnos, a paridade de gêneros e partici-

pação da sociedade civil em decisões nacionais importantes. Em alguns desses pontos, os deputados participantes

apresentaram divergências de opiniões.

O financiamento de campanha, por exemplo, foi um dos que tiveram opiniões distintas. Enquanto Papa se coloca contra o financiamento privado de campanha, por não concordar com a concentração de tais recursos com partidos Squassoni discorda. “Não vejo problema nenhum em uma empresa querer bancar a campanha do aquele candidato que ela mais gosta”, argumenta.

Pelo texto aprovado pela Câmara, as empresas podem fazer doações de campanhas aos partidos políticos, enquanto os candidatos só poderão receber doações de seus partidos e de pessoas físicas.

ELEIÇÕES PROPORCIONAIS

Ao comentar sobre eleições proporcionais, os dois deputados se desviaram do tema dizendo-se favoráveis ao voto distrital, seja ele misto ou não. O eixo dessa discussão seria debater a possibilidade do eleitor votar em um partido no primeiro turno, e no segundo nos candidatos.

Paridade de gêneros significa reservar uma porcentagem dos cargos eletivos para a mulher, proposta a que o deputado Papa se colocou favorável e Squassoni, contra. “Mais de 50% da população do País é composta por mulheres, eu acho justo que pelo menos 15% dos cargos eletivos sejam reservados para as mulheres”, disse o tucano.

Já Squassoni se diz contra cotas para mulheres. “As mulheres podem disputar as eleições como qualquer outro homem. Acho que cotas até enfraquece a personalidade da mulher na política”.

Os dois, por fim, concordaram que é preciso uma maior participação da sociedade em decisões nacionais importantes. Papa citou o exemplo de quando ocorreu o referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições, ocorrido no Brasil em 2005. “Plebiscito, referendo e projetos de iniciativa popular são armas poderosíssimas que o povo tem na mão, mas não usa”.

Opiniões



“O jeito como a Reforma Política está sendo votada é uma maquiagem. Não existem grandes mudanças nesse projeto”

Guilherme Prado, estudante de Relações Internacionais



“A Reforma Política se faz necessária para acabar com as discrepâncias no Brasil. O povo precisa de maior representatividade”

Tarcísio de Andrade, estudante de Direito



“Do jeito que está, o governo do País não pode ficar. Devemos manter os protestos para tirar os incompetentes do poder”

Leonardo Moreira Miranda, estudante de Direito